

brasil &

JUSTIÇA PLACAR FOI APERTADO, COM 7 VOTOS A 6; PRESIDENTE DO STF, DIAS TOFFOLI, FEZ O VOTO DE DESEMPATE, CONTRÁRIO À PRISÃO



JULGAMENTO
Ministros do STF durante sessão sobre a prisão em segunda instância, nesta quinta



Carlos Moura/SCO/STF



Carlos Moura/SCO/STF

Prisão em segunda instância cai no STF e Lula pode ser solto

Com a decisão, os condenados que foram presos com base na decisão anterior poderão recorrer aos juízes que expediram os mandados de prisão para serem libertados; segundo o CNJ, terá impacto na situação de 4,8 mil presos

BRASÍLIA

Da redação
@jornalovale

O STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu nesta quinta-feira contra a validade da execução provisória de condenações criminais, conhecida como prisão após a segunda instância. Por 6 votos a 5, a Corte reverteu seu próprio entendimento, que autorizou as prisões, em 2016.

Com a decisão, os condenados que foram presos com base na decisão anterior poderão recorrer aos juízes que expediram os mandados de prisão para serem libertados. Segundo o CNJ (Conselho Nacional de Justiça), o julgamento terá impacto na situação de 4,8 mil presos.

Os principais condenados na Operação Lava Jato podem ser beneficiados, entre eles, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, preso desde 7 de abril do ano passado, na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba, após ter

sua condenação por corrupção e lavagem de dinheiro confirmada pelo TRF4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região), no caso do triplex do Guarujá, além do ex-ministro José Dirceu e ex-executivos de empreiteiras. Segundo o MPF (Ministério Público Federal), cerca de 80 condenados na operação serão atingidos.

Após cinco sessões de julgamento, o resultado foi obtido

com o voto de desempate do presidente da Corte, ministro Dias Toffoli. Segundo o ministro, a vontade do Legislativo deve ser respeitada. Em 2011, uma alteração no CPP (Código de Processo Penal) definiu que “ninguém será preso, senão em flagrante delito ou em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado”.

“A vontade do legislador, a vontade do Parlamento, da Câ-

mara dos Deputados e do Senado da República foi externada nesse dispositivo, essa foi a vontade dos representantes do povo, eleitos pelo povo”.

Durante todos os dias do julgamento, os ministros Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso, Luiz Fux e Cármen Lúcia votaram a favor da prisão em segunda instância. Marco Aurélio, Ricardo Lewandowski, Rosa Weber, Gilmar

Mendes e Celso de Mello se manifestaram contra.

A questão foi discutida pelo Supremo ao menos quatro vezes. Em 2016, quando houve decisões temporárias nas ações que estão sendo julgadas, por 6 votos a 5, a prisão em segunda instância foi autorizada. De 2009 a 2016, prevaleceu o contrário, de modo que a sentença só poderia ser executada após os últimos recursos. ■

FRASE

“Nenhum juiz desse tribunal é contra reprimir com vigor, respeitado o processo legal”

Celso de Mello
Ministro do STF



ESPECIALISTA

Para jurista, Lula precisa ser solto imediatamente após decisão do STF

ANÁLISE. O ex-presidente Lula deve ser solto a qualquer momento após a decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) contrária a prisão em segunda instância. Na visão do advogado Gustavo Polino, especialista em Direito Penal e Processo Penal, a decisão do STF tem efeito imediato. “Mas provavelmente, por ser o caso que é, vão mandar para publicação no diário oficial e após a

publicação terá validade”, avalia o advogado.

“Na prática o que deveria acontecer: todos os juízes de primeiro grau que tem presos em primeiro recurso ou tribunal, deveriam sozinhos mandar soltar os presos sem que a defesa se manifeste. Mas como tem muitos presos, os advogados precisarão entrar em contato com o juiz ou tribunal”, relata Gustavo. ■

FRASE

“A realidade é que, após 2016, os tribunais passaram a compreender como um imperativo”

Gilmar Mendes
Ministro do STF

